

Relato do Comitê Técnico

53ª Reunião Ordinária do ConCidades

16 de maio de 2024

1. Apresentação

Na reunião ocorrida no dia 16 de maio de 2024 das 9h45 às 12h20 em Brasília-DF, o Comitê Técnico de Periferias foi composto por 24 participantes, sendo 19 participações presenciais e 5 virtuais:

Qtde.	Segmento	Entidades
02	Poder Público Federal	IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ABC – Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC)
01	Poder Público Estadual	AGEHAB – Agência de Habitação
-	Poder Público Municipal	
14	Movimentos Populares	CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores CUT – Central Única dos Trabalhadores MNLM - Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos) UNMP – União Nacional por Moradia Popular MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto CMP – Central De Movimento Populares
-	Entidades Empresariais	
02	Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
01	Organizações Não Governamentais	
04	Apoio técnico	Ministério das Cidades

A reunião ocorreu de forma híbrida, com reunião presencial em Brasília/DF e por videoconferência pelo aplicativo MS Teams, sendo por meio deste realizada a gravação, que ficará disponível posteriormente.

2. Discussões e Recomendações

2.1 Tópicos de pauta

- Política de mitigação e prevenção de risco da SNP
- Informes sobre a seleção do novo PAC, Mapa das Periferias e 2. Edição do Prêmio Periferia Viva: “Periferia Viva é Periferia Sem Risco”

- **Pontos de destaque do debate**

A reunião iniciou com a apresentação da Estratégia Periferia Sem Risco empreendida pelo Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco (DPR) da SNP, que está organizada em Coordenação-Geral de Obras, Planos e Articulação. O DPR tem como uma de suas principais competências “propor e implementar ações relacionadas à gestão e à redução de riscos de desastres associados a extremos climáticos no ambiente urbano, com participação social, como a elaboração de planos locais de redução de riscos e a execução de obras de contenção de encostas, de macrodrenagem e microdrenagem, priorizando a aplicação de soluções baseadas na natureza e com foco na prevenção e na redução de riscos de desastres”.

A Estratégia Periferia Sem Risco está estruturada em 3 eixos: Infraestrutura, Planejamento e Comunicação e Mobilização Social. Na parte de Infraestrutura compõem ação orçamentária Obras de contenção de encostas (38 obras migradas do PAC 1 e 2, e pelo novo PAC 368 setores - 91 municípios, num total de R\$ 1,7 bi) e Soluções baseadas na natureza (SBN) para adaptação inclusiva nas periferias urbanas, em formulação técnico-política. Sobre as SBNs, foi destacado pelo CT o papel das tecnologias sociais para inovação técnica, arquitetônica, urbanística para qualificar os projetos de intervenção para redução de risco de desastres nas periferias, assim como a participação e engajamento social que possibilite conhecimento e capacitação às populações periféricas. Também foi indicado que isso seja pautado a empresas e construtoras para intervenções mais sustentáveis nos territórios periféricos. O CT mostrou alinhamento e apoio à construção de uma política socioambiental de SBN em parceria com entidades, organizações e movimentos sociais.

A segunda linha de ação é de Planejamento. Nela estão os Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR). Os PMRRs estão sendo fortalecidos enquanto política pública do governo federal com ações piloto em 20 municípios em parceria com 18 universidades de modo a fomentar capacitação técnica, gestão multinível governo federal-governos municipais, abordagem intersetorial com a formação de um comitê ou grupo técnico municipal de diferentes secretarias, e governança interinstitucional com universidades e organizações locais porque parte estratégica da elaboração do PMRR é a participação social (audiências, oficinas, reuniões, visitas técnicas, mapeamento participativo). Também foi feita parceria com o Serviço Geológico Brasileiro (SGB) do Ministério de Minas e Energia (MME) que elaborará 9 PMRRs. O processo dará consistência ao financiamento de PMRRs (meta de 200). Foi ressaltado ainda o uso político e segregador dos mapeamentos de risco para

remoção de famílias periféricas e o fortalecimento do CONTROLE SOCIAL com a participação de entidades, organizações e movimentos sociais no processo de elaboração dos PMRRs para reivindicar a remoção do risco e a permanência das famílias com segurança.

O CT ressaltou o papel das Assistências Técnicas tanto para colaborar com a formação comunitária sobre o tema de risco como também para a qualificação de profissionais que atuam sobre a redução de risco nas periferias de forma inovadora, participativa e sustentável, entendendo inclusive a arquitetura como intervenção de saúde pública. Sobre isso, evidenciou-se a proposta de Assistência Técnica multidisciplinar desenhada para o Programa Periferia Viva de Urbanização Integral de Favelas (58 territórios - 48 municípios - R\$ 5,3 bi na seleção do Novo PAC) que terá um posto territorial nas comunidades para fortalecer a aproximação social e fomentar ações táticas que melhorem a qualidade urbanística local. Também foi lembrada a parceria que a SNP com as 5 Universidades públicas federais que possuem cursos de pós-graduação ativos com modalidade de “residência acadêmica” em assessoria técnica (UFBA, UnB, UFSC, UFPB e UFS) para acompanhar e apoiar essa inovação do Periferia Viva.

A segunda ação de planejamento são os Planos Comunitários de Redução de Risco, que têm existência de formas distintas em comunidades periféricas, como projetos de pesquisa e extensão universitária e que na SNP está sendo gestado enquanto política pública do governo federal. A ação piloto está sendo desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Brasília (UNB) pelo grupo Periféricos que já atua no Sol Nascente, Brasília-DF com projetos de pesquisa e extensão e está conduzindo, em parceria com as organizações e movimentos sociais locais, o mapeamento das situações de risco para o desenho de soluções que possam ser desenvolvidas pela comunidade e/ou demandas para o governo local ou federal. O CT ressaltou o fortalecimento do papel da SNP na atuação preventiva de apoio à preparação das comunidades periféricas em situação de risco de forma a complementar as ações da Defesa civil.

A participação social foi tema preponderante do CT pois ainda se faz necessário ampliar a permeabilidade do governo ao controle social e à execução de políticas públicas pelas entidades, organizações e movimentos sociais. Nesse sentido, há esforços da SNP para abrir espaço de diálogo com a sociedade civil e a necessidade de aprimorar esse exercício com a participação mais efetiva dos conselheiros do CT. Foi anunciado que será divulgado edital para Planos Populares para que a sociedade civil possa ter recursos e poder pautar municípios e o próprio governo federal para ações nas periferias.

Outro tema recorrente no CT é da regularização fundiária e melhoria habitacional que precisa considerar a atuação das entidades, organizações e movimentos sociais como proponentes e executores, pois o Novo PAC limita o financiamento de regularização fundiária para projetos enviados por municípios e estados (259 territórios -197 municípios - R\$ 0,3 bi). Foi comentada a necessidade de revisão e efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei nº 13.019/2014) para desenhar modelos possíveis para atuação da sociedade civil que possam então ser incorporados em futura seleção do Novo PAC. A SNP se compromete a apresentar o andamento do processo de revisão do MROSC em futura reunião virtual/presencial com o CT.

3. Encaminhamentos

- Apresentação sobre a política de regularização fundiária e melhoria habitacional da SNP em encontro virtual e presencial na próxima reunião do Conselho das Cidades, com envio prévio de documentos e materiais para estudo dos conselheiros;
- Retomada da resolução sobre regularização fundiária e melhoria habitacional com financiamento para entidades;
- Definição de estratégias de divulgação do conteúdo da Cartilha Periferia sem risco com apoio dos conselheiros (lives, cards, oficinas, reuniões virtuais/presenciais).

Relator: Samia Sulaiman

4. Anexos

Anexo I – Lista de presença

